

# Política

ELEIÇÕES

Quatro governadores do Nordeste, reunidos ontem na Sudene, chegaram à mesma conclusão: se houver parlamentarismo, terá que haver eleições gerais. Se não, é golpe. O líder do PFL também pensa assim. E os candidatos não perdem tempo, à exceção de Mário Covas: continuam articulando alianças.

## Eleições já. Mas com parlamentarismo.

Parece que ninguém mais conseguirá deter o processo: cada vez se torna mais forte o movimento a favor de eleições gerais imediatas. O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), defendeu ontem com veemência a realização de eleições gerais 120 dias depois da promulgação da nova Carta.

— Se vamos reduzir o mandato do presidente Sarney, devemos fazer o mesmo com todos os mandatos que têm, por igual, a mesma fonte, a atual Constituição. Qual é a fonte do poder? Não é o povo? O povo está querendo votar outra vez.

Também quatro dos cinco governadores nordestinos presentes ontem à reunião da Sudene, em Recife, defenderam eleições gerais em 88, se o parlamentarismo for aprovado na Constituinte. Tasso Jereissati, do Ceará, Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, Tarcísio Burity, da Paraíba, e Antônio Carlos Valladares, de Sergipe, pensam que a legitimidade do Congresso deve ser questionada se for adotado o parlamentarismo. E por coerência, colocam em xeque também seus mandatos.

— Seria um golpe de Estado se os deputados vierem a governar o País através do parlamentarismo. Eles foram eleitos para elaborar a nova Constituição e não para governar o País — acusou Valladares.

Hélio Rosas (PMDB-SP) pensa que "as mesmas razões que justificaram a votação de quatro anos para o mandato do presidente da República existem, até com mais intensidade, para o Congresso Nacional. Todas as pesquisas de opinião pública mostram alarmantes índices de descrédito em relação aos deputados federais e senadores".

— O próximo presidente terá a autoridade de alguém eleito com 45 milhões de votos. E encontrará um Congresso desautorado e enfraquecido.

### Pressa

O senador Mário Covas (PMDB-SP) não quer mais que se fale em sua candidatura à Presidência da República. Definitivamente, Covas rejeitou o lançamento antecipado de seu nome, em reunião com cerca de 60 deputados "progressistas" do PMDB e de partidos de esquerda, convocada pelas deputadas Rose de Freitas (PMDB-ES) e Ana Maria Rates (PMDB-RJ). Covas combateu, principalmente, a precipitação do processo sucessório, com o lançamento de quaisquer candidaturas.

Para Covas, a questão mais importante da política brasileira, no momento, é a Constituinte, cujo trabalho deve ser prestigiado e valorizado, e não atropelado pela disputa sucessória.

É o que pensa também o líder moderado Expedito Machado (PMDB-CE), do Centrão. Ele acha que não há nem tempo nem espaço para pensar em sucessão, com tanto trabalho pela frente: terminar a Constituição, fazer leis para regulamentar mais de 150 artigos da nova Carta, renovar as direções partidárias, que são biônicas.

Mas eles correm o risco de ficar para trás: o PT já organizou tudo para o lançamento oficial da candidatura de Lula no início pré-diretas marcado para a Praça da Sé no próximo dia 13 de dezembro. O PFL já está realizando suas eleições "primárias" para testar o nome de Aureliano Chaves nas bases do partido. E os governadores Orestes Quéricia e Newton Cardoso, cada um por seu lado, estão articulando alianças e apoios para influir no processo.

Quéricia viaja hoje para o Rio de Janeiro, às 11h, para almoçar com o governador Moreira Franco e discutir a sucessão presidencial e a unidade do PMDB. Pouco mais tarde, por volta das 15h, Quéricia já deverá estar de volta ao Palácio dos Bandeirantes, onde se reunirá com deputados federais e secretários de Estado para discutir os mesmos temas.

Newton Cardoso recebeu ontem o governador José Aparecido, do Distrito Federal, para uma ampla articulação com antigos desafetos visando à sucessão presidencial. Newton quer conquistar o ex-governador Hélio Garcia, o senador Itamar Franco, o ministro Aureliano Chaves e o deputado Pimenta da Veiga — que vem liderando a dissidência do PMDB mineiro — para que Minas não fique alijada da sucessão.

### O\*omício do PT

Embora esteja apoiando a candidatura a presidente do governador Orestes Quéricia, o prefeito Jânio Quadros deverá ser uma das personalidades no palanque de lançamento da candidatura do deputado Luís Lula da Silva, no dia 13 de dezembro.

Jânio recebeu ontem a visita do presidente do PT paulista, José Cicote, e do ex-deputado Eduardo Suplicy, que foram a seu gabinete pedir a liberação da Praça da Sé para o comício das diretas-já que o partido está organizando. O prefeito não só liberou a praça como aceitou o convite para ir ao palanque defender as diretas-já.

— Ou temos eleições diretas para presidente da República em 88 ou não chegamos a 88 — teria dito Jânio a Suplicy.

O detalhe que o prefeito não ficou sabendo; o comício servirá para o lançamento da candidatura de Lula.

À saída do gabinete, José Cicote disse não estar temeroso dos xiitas de seu partido não aceitarem a presença de Jânio no palanque: "O comício é público e vai quem quer e quem concorda com as propostas apresentadas. Se o prefeito concorda..."



Dias, na Bolsa de Valores: "Ainda não há líder à altura".

“Não podemos comprometer o futuro do País com eleições precipitadas”

Para Álvaro Dias, não se faz Constituinte no palanque.

Não existe clima para o lançamento de nomes à presidência da República, no momento atual, pela falta de confiança da população nas lideranças políticas. A análise é do governador do Paraná, Álvaro Dias, que se recusou a discutir as possíveis candidaturas do governador Orestes Quéricia e do senador José Richa para a sucessão presidencial.

— Prefiro não discutir nomes. A descrença popular em relação às lideranças é tão grande que hoje não há condições de ninguém se colocar como candidato.

Álvaro Dias esteve ontem em São Paulo para receber um prêmio de marketing e para um almoço com o presidente da Bolsa de Valores, Eduardo Azevedo, e, numa entrevista, enfatizou várias vezes o perigo de o processo sucessório atropelar a Constituinte. "Não podemos comprometer o futuro do País com eleições precipitadas. Não se faz Constituição no palanque. Entretanto, hoje, a insatisfação popular motivou o encurtamento da transição. Devemos, portanto, trabalhar em face dessa realidade. Daqui por diante o partido deve discutir o processo eleitoral", afirmou defendendo a realização das prévias.

Através das prévias os militantes do partido, segundo Álvaro Dias, seriam também responsáveis pelo processo. Ele acredita ainda que as prévias levam a um aumento da participação popular na escolha do candidato devido à participação das bases partidárias. Ele descartou seu nome como presidencial, "não alimento ambições pessoais" e explicou como deve ser feita a

escolha na sua opinião: "A candidatura à presidência da República deve ser decorrente de uma convocação popular e depois partidária. Nunca pessoal. Entendo também que todas as lideranças devem se colocar à disposição nesse processo".

A candidatura deve refletir a vontade popular, segundo o governador do Paraná, principalmente por causa da crise e da falta de credibilidade da população no governo. Álvaro Dias acha que ela é grande a ponto de o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, estar evitando um novo choque econômico. "Um choque precisa de credibilidade e isso o governo não tem. As medidas do governo não seriam obedecidas", afirmou. Entretanto fez questão de defender Sarney das acusações de responsável pela situação do País.

— É muito fácil jogar a culpa sobre os ombros do presidente da República. A classe política cabe a parcela dessa culpa. Os dois partidos da aliança — PMDB e PFL — não deram sustentação a Sarney. Pelo contrário, aprisionaram o governo. Portanto a responsabilidade deve ser compartilhada.

Ele citou um exemplo de interferência do PMDB nas decisões que caberiam ao presidente da República, com a indicação de nomes para cargos e acusou o PMDB de reivindicar a moratória e depois não apoiar Sarney quando ela foi declarada. "Se formos analisando todos os episódios, o presidente, o Poder Executivo foi prisioneiro da classe política", disse.

Na sua análise a crise pode ter sido agravada no atual governo, mas ele não po-

de ser responsabilizado como causa maior. "Recebemos uma bomba de efeito retardado. Foram anos de corrupção, de intolerância, de negociações. É um conjunto de fatores que nos levaram a essa crise." Disse que Sarney procurou ser fiel ao programa do PMDB embora não tivesse tido êxito ao adotar determinadas medidas, como foi o caso do Plano Cruzado.

— A melhor saída para a crise seriam as eleições gerais? Álvaro Dias que foi abertamente favorável à tese das eleições gerais até bem pouco tempo, considera hoje difícil que a idéia vá adiante. Disse que defendeu as eleições gerais desde o momento que a Comissão de Sistematização adotou o parlamentarismo, porque considerava uma usurpação a permanência no poder de constituintes que não foram eleitos para esse sistema de governo. "Mas como deverá ser aprovado em plenário o presidencialismo, a razão maior para a adoção das eleições gerais fica eliminada. Difícilmente a tese das eleições gerais vingará. Entretanto ela não deixa de ser defensável devido ao alto grau de insatisfação popular que estamos vivendo. Seria passar a limpo a política brasileira."

Álvaro Dias não quis falar do "centrão". Mas acrescentou que esperava que a Constituinte promovesse avanços sociais e alertou: "Avanços sociais exigem racionalidade e bom senso. As vezes na tentativa de se alcançar o ideal se compromete o possível. Um avanço além das possibilidades pode significar também retrocesso".

## Ulysses, otimista, vai tentar antecipar a votação.

O deputado Ulysses Guimarães acenou ontem com uma possibilidade real de entendimento com o Centrão, quanto ao regimento interno da Constituinte, anunciando sua disposição de realizar a votação na terça-feira próxima, um dia antes da data fixada pelo acordo firmado entre o grupo e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

"Não é possível que prolonguemos as dificuldades", afirmou Ulysses Guimarães ao receber no gabinete do presidente José Sarney, a quem está substituindo até segunda-feira de manhã, os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto. A maior parte do dia do presidente da República em exercício, ontem, foi passada ao lado do telefone,

em longas conversas com os articuladores do Centrão. Na segunda-feira, ele se reunirá com os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Lins (PFL-CE) para definir a antecipação da data da votação.

Para Ulysses, esse entendimento está acontecendo através de "concessões recíprocas" — não enumerou quais — e de fórmulas que permitam ao plenário da Constituinte decidir sobre todas as proposições, sem tratamento diferenciado. "Quem quiser mudar uma virgula do projeto da Comissão de Sistematização vai ter que conseguir 280 assinaturas", afirmou.

O presidente da Constituinte, da Câmara, do PMDB e da

República em exercício foi cauteloso ao comentar a mensagem dos ministros militares lida na manhã de ontem, no Rio, durante as solenidades em homenagem aos mortos da Intentona Comunista de 1935. Segundo Ulysses, na mensagem não há nenhuma advertência das Forças Armadas à decisão de reduzir o mandato do presidente Sarney para quatro anos, como também não se faz referência, na sua opinião, ao sistema de governo. "O cerne da declaração", disse "é que as Forças Armadas repudiam o extremismo, o radicalismo, da esquerda ou da direita, principalmente os métodos violentos para assumir o poder", e completou: "quem quiser assumir o poder terá que fazê-lo através do voto dos cida-

dãos".

Durante a entrevista, Ulysses Guimarães ficou sabendo dos boatos que circularam pela manhã, segundo os quais ele teria passado mal novamente e desviado do avião, na viagem de volta do Rio, para São Paulo. "Eu não precisei disso, como fizeram anteriormente", reagiu, sorrindo, lembrando o episódio em que o ex-ministro da Fazenda do governo Figueiredo, Ernane Galvão, desviou um avião comercial para a Capital Federal, que fazia a rota Miami-Rio. Ulysses atribuiu a onda de boatos sobre seu estado de saúde — que, conforme garantiu, "é bom" — a "alguém que anda lendo muito Molière, autor da clássica peça O doente imaginário."

## No encontro dos líderes, a partida para o acordo.

A reunião de pouco mais de meia hora, a portas fechadas, entre o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e o líder do PFL, deputado José Lourenço, não representou qualquer avanço objetivo na tentativa de um acordo entre o Centrão e os setores progressistas a respeito do regimento interno. No dizer de ambos, consolidou-se a disposição para o diálogo, que deverá assumir nova feição na próxima segunda-feira em decorrência das avaliações, a serem feitas neste final de semana, sobre as alternativas para um acordo mínimo que impeça a paralisação dos trabalhos da Constituinte.

Para José Lourenço, "neste momento a situação está zerada". Ele acha que isso é bom, na medida em que o espaço para o diálogo é o maior possível. Mário Covas, em São Paulo, e Lourenço, em Brasília, vão dedicar as próximas 48 horas à análise do substitutivo da Comissão de Sistematização, do substitutivo Roberto Cardoso Alves e de todas as proposições esparsas ou simples sugestões não formalizadas antes da próxima rodada de conversações.

Da parte de Covas, os contatos envolvem, já na segunda-feira, o líder do PMDB, deputado Carlos Sant'Anna, o líder do PDS, deputado Amaral Neto, e um dos principais articuladores do Centrão, deputado Ricardo Fiuza, do PFL. Covas admitiu que esses encontros são parcela de um todo que se traduz por entendimentos que se desenvolvem com a participação do deputado Ulysses Guimarães e do senador Fernando Henrique Cardoso, entre outros, para viabilizar a tempo o esperado entendimento, até a sessão da Constituinte marcada para as 11 horas da próxima quarta-feira.

Apesar das manifestações de intenções favoráveis ao acordo e das declarações otimistas a esse respeito, Covas e Lourenço falaram linguagens distintas com relação à proposta do deputado paulista Afif Domingos (PL), que admite a votação, no máximo, por capítulos e não por títulos, uma sugestão que, no dizer de Mário Covas, "nós poderíamos aceitar". O líder do PFL, no entanto, assegura que a hipótese sequer deverá ser considerada.

José Lourenço insiste num ponto: o Centrão não está inovando num aspecto fundamental, que é a obrigatoriedade da aprovação do projeto de Constituição, em dois turnos, pelo voto, como não poderia deixar de ser, está assegurada a melhor praxe democrática; quanto ao acordo em torno do regimento, isto é outra coisa. Vamos tentar nos entender em torno de uma solução justa."

Para o deputado Expedito Machado, principal inspirador do Centro Democrático do PMDB e integrante do Centrão suprapartidário, neste momento há dois pontos de referência para a avaliação do quadro: em primeiro lugar, o desejo recíproco de negociar, "pois nós temos dúvidas quanto à possibilidade de colocar 280 constituintes em plenário em determinados momentos, enquanto eles têm a certeza de que a maioria aparente se transformará em minoria de fato".

Expedito defende o encaminhamento das negociações através do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e informa que se essa não é uma decisão do grupo é, pelo menos, uma tendência. O deputado considera o recuo de alguns signatários do Centrão, que depois de um comprometimento formal mudaram de posição, "coisa natural em política, sobretudo se considerarmos que os partidos hoje em dia não passam de siglas e, além disso, há muitos projetos de natureza pessoal em jogo".

O deputado pelo PMDB do Ceará acredita que "a negociação chegará a bom termo, pois é a melhor solução para o País e disto todos nós sabemos". Ele garante que "a correção de alguns excessos da esquerda cometidos na Comissão de Sistematização não terá como consequência uma Constituição retrógrada, porém equilibrada e ajustada aos anseios da maioria do povo brasileiro". Para Expedito, "não há força humana que impeça a negociação. E se não houver entendimento, não haverá Constituição".

Também os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, senador Fernando Henrique Cardoso e deputado Ibsen Pinheiro, se mostraram otimistas quanto a um acordo com o Centrão, até quarta-feira próxima. "Há sintomas excelentes", disse Ibsen em Porto Alegre. "Há uma consciência clara de que ninguém tem maioria para fazer imposições", acrescentou.

Já Fernando Henrique afirmou, no Rio de Janeiro, que o acordo está "quase feito" e vai incorporar as sugestões do deputado Afif Domingos. Segundo ele, se não houver um bom entendimento agora, "quando chegar a hora de votar as matérias substantivas não teremos condições regimentais para aprovar a Constituição com a rapidez que o País necessita". Mas mesmo assim, Fernando Henrique não acredita que a Constituição seja aprovada até dia 31 de dezembro. "Nem com a ajuda do Espírito Santo."

# Domingo, nos intervalos do Fantástico, mais um Show de Ofertas C&A.

Se você viu o primeiro, não pode perder o segundo. Se você não viu, não sabe o que perdeu.

C&A